

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

KLEM, Alice.¹
FELIPE SANTOS, Eduardo.²
GONÇALVES DA LUZ, Katrine.³
GRUNEWALDT, Katrine.⁴
MARQUES SALVATTI, Marilena⁵

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender como se iniciou o processo de escolarização de jovens e adultos no Brasil, partindo do seu percurso histórico. Este trabalho é orientado, em sua maioria, pelo Currículo de Cascavel. A temática foi desenvolvida a partir das leis que auxiliam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Apresenta, também, suas necessidades, bem como refletiu o processo de escolarização no Brasil, a fim de que se compreenda o seu início até os anos atuais. Aqui é mostrado como esse ensino incentiva que os alunos ao retornem à escola, indicando os vários motivos atribuídos a esse retorno. Um deles, apontado neste artigo, é que a EJA é uma escolarização que proporciona melhores oportunidades de emprego aos jovens e adultos, bem como formas de socialização.

PALAVRAS-CHAVE: EJA, Histórico, Analfabetismo.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo se refere à Educação de Jovens e Adultos, a qual oferece o Ensino Fundamental e Médio para pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir sua formação no Ensino Regular. O público dessa modalidade, geralmente, são trabalhadores e empregados que, por sua vez, não são letrados. A EJA tem por objetivo propor a conclusão do Ensino para essas pessoas, já que desejam retornar aos estudos. Ela garante a flexibilidade aos envolvidos e quebra barreiras do ensino. Essa modalidade de Ensino também apresenta um percurso histórico que, segundo este artigo, inicia-se com os Jesuítas, os quais não tinham como finalidade a transmissão de métodos educacionais, mas da Fé cristã. O artigo prolonga-se até as constituições que auxiliaram a modalidade de ensino. Apresenta também o Currículo de Cascavel, que expõe as disciplinas, eixos articuladores, e como se é norteada essa modalidade no município de Cascavel. Os índices de analfabetismo, como observado, são modificados com o passar dos anos. No contexto educacional, foram criadas as legislações, as quais oferecem suporte para essa modalidade.

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail:alice_klem@hotmail.com

²Acadêmico do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail:eduardofelipeees@gmail.com

³Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz E-mail:katrine_luz@outlook.com

⁴Acadêmica do Curso de Pedagogia do. E-mail:grunewaldt.ka@gmail.com

⁵Professora do Curso de Pedagogia Centro Universitário Assis Gurgacz.E-mail:marilenasalvati@hotmail.com

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação de Jovens e Adultos é destinada às pessoas que não concluíram ou abandonaram o Ensino Regular e pretendem concluí-lo. O público que se destina a EJA, geralmente, é composto por trabalhadores, empregados e desempregados que não tiveram acesso à escola. Portanto, o programa é uma forma de inserir essas pessoas na sociedade, de maneira sistematizada, com Ensino de qualidade, criando oportunidades para jovens e adultos.

A EJA possui diversos objetivos e funções, dentre eles, podem ser citados: proporcionar a conclusão do Ensino Médio, oferecer a inclusão digital pelo uso da tecnologia na Educação e propor a democratização do Ensino por todo o Brasil.

Faz-se necessário lembrar que as pessoas que procuram essa modalidade de Ensino são comprometidas com a aprendizagem, entendem a importância da Educação e estão lá porque precisam ou desejam, já que, frequentemente, há o preconceito com a Educação de Jovens e Adultos.

Segundo Libâneo (1995), ao pensar a aprendizagem como uma relação entre o sujeito e o conhecimento, defende-se que o conjunto de habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais organizados pelas escolas poderiam ter como objetivo principal levar os alunos a colocá-los em interação com suas práticas cotidianas. O objetivo de Ensino na EJA é trabalhar o conteúdo, sistematizado, de forma a utilizar o próprio conhecimento do aluno, utilizar suas experiências e o conhecimento que traz de casa.

Paulo Freire, em sua trajetória, sempre lutou e defendeu o Ensino de Jovens e Adultos, ainda, segundo o autor (Freire, 1996), a Educação deve procurar desenvolver a tomada de consciência e a atitude crítica, graças à qual o homem aprende a escolher e a decidir, libertando-o em lugar de submetê-lo, de domesticá-lo, de adaptá-lo, como ainda faz com muita frequência a Educação em vigor em um grande número de países do mundo. O homem, ao mudar a sua realidade, vai se transformando, na medida em que ele se integra ao seu contexto e se compromete, vai construindo a si mesmo.

A EJA, conhecida por muito tempo como supletivo, é uma proposta pedagógica flexível e que passa a considerar as diferenças e conhecimentos informais dos alunos, levando em consideração as experiências, a partir das vivências diárias e do mundo do trabalho.

A Educação escolar passou por algumas fases, a primeira foi no período colonial, a de predomínio dos jesuítas, que tinha a finalidade de propagação da fé cristã e a transmissão de

conhecimentos científicos, viabilizando a aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo aos indígenas adultos e, posteriormente, aos negros escravizados. Nesse período, a Educação de Jovens e Adultos ocorreu de forma assistemática, pois não houve iniciativas do governo. Tal método permaneceu até o período pombalino, quando os jesuítas foram expulsos.

Nessa fase, Pombal organizava as escolas conforme o interesse do Estado. A Educação foi perdendo o foco com a chegada da família real ao Brasil, não respeitando a oferta do Ensino para todos, mas sim para as classes privilegiadas, pois este período sofreu forte influência da política econômica inglesa, por tentar solucionar os problemas no modelo inglês. Foi atribuído os males da Educação aos jesuítas, acabaram responsabilizados pela decadência cultural e educacional na sociedade portuguesa. Foi então que Pombal empreendeu uma reforma educacional, a qual fosse formal e surgiu o pensamento pedagógico da escola pública e laica. O que foi uma reforma desastrosa, pois a Educação era destinada mais para o capitalismo, os mais favorecidos, deixando de lado o real sentido da Educação.

Já no período Joanino, que durou de 1808 a 1821, D. João VI trouxe, com a sua chegada ao Brasil, inúmeras mudanças, desde a mudança da Corte para o Rio de Janeiro até mesmo a abertura dos portos brasileiros para nações amigas e mais: trouxe importantes obras literárias, autorizou a construção de faculdades de medicina, museus e bibliotecas no Rio de Janeiro, causando grande expansão da cidade. A Educação primária e secundária não foram modificadas, mas houve a expansão do Ensino Superior. Foi utilizado como modelo, na época, a França. Mas também houve descontentamento por parte de pernambucanos e, após diversos acontecimentos, acabou causando o retorno do rei para Portugal.

No período Imperial (1822-1899), as mudanças trazidas por D. João VI no Brasil favoreceram o desenvolvimento de um forte sentimento de identidade nacional. A Educação primária foi gratuita para todos os cidadãos. Houve o processo de institucionalização da EJA, em que escolas foram abertas no período noturno. Um processo que foi compreendido como a Educação escolar sendo necessária para que a sociedade pudesse ser reorganizada e, para que isso acontecesse, deveria abranger toda a população, inclusive a pobre e analfabeta, para que se tornassem apta a votar. Nesse período, foram realizadas diversas propostas educacionais, criaram a escola modelo no Rio de Janeiro para o Ensino secundário, mas não obteve êxito, já que não houve organização efetiva para que isso acontecesse, e acabou não se tornando referência educacional no Brasil. No fim do período Imperial, nada houve além de propostas sem concretizar ideias, dessa forma, as ações na área da Educação ficaram escassas e divididas.

O período republicano (1899- 1930), pautado no modelo presidencialista, iniciou na educação com a proposta educacional conhecida como A Reforma Benjamin Constant, que tinha como ideia o Ensino gratuito, sem ligação com a religião e a escolha de forma liberta para participar na Educação. Tal período apresentou a proposta de Ensino para a formação de alunos do Ensino Superior, focando em pesquisas científicas e não somente literárias, o que permanece até hoje na educação. Houve mais duas propostas: a liberdade de Ensino para a população e troca de diploma por certificado de aproveitamento e a criação da disciplina moral cívica, com o objetivo de oferecer conhecimentos sobre a sociedade e o caráter, o que aumentaria o sentido ético e nacionalista da população brasileira. Percebem-se poucas mudanças, houve a preocupação com os altos índices de analfabetismo do país, pois era considerado uma vergonha e, para sua erradicação, foram criadas campanhas de Alfabetização.

Segundo Moura (1999), “os formuladores dessa política e responsáveis pelas ações tornam a Alfabetização de Adultos como aquisição de um sistema de código alfabético, tendo como objetivo instrumentalizar a população com os rudimentos da leitura e da escrita”. A Educação de Jovens e Adultos é uma conquista recente na história da Educação. Levaram décadas para que tal modalidade fosse verdadeiramente reconhecida e definida como uma política pública de acesso e continuidade à escolarização básica.

No início do século XX, foram aprovadas as leis, tornando obrigatória a Educação de Adultos, com a intenção de aumentar a população na questão eleitoral, para que favorecesse as elites, já que se tornou obrigatório o voto somente para pessoas Alfabetizadas. E, durante os anos, a única intenção das leis aprovadas para tal modalidade de Ensino foi a questão eleitoral. Na década de 1950, surgiu uma nova perspectiva de Ensino para Jovens e Adultos com Paulo Freire. Ele lutou pelo fim da Educação etilista e lutava por uma Educação libertadora e democrática, sempre partindo da realidade vivenciada pelo educando. Mas, em 1964, com o Golpe Militar, foi criado o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização, que era centralizador e doutrinário. Durou 15 anos. Após o Mobral ser extinto, foi substituído pela Fundação Educar, que proporcionava programas destinados às pessoas que não tinham acesso à escola ou que foram excluídos. Em 1990, a Fundação Educar foi extinta pelo governo de Collor.

A partir da década de 1990, na LDB, a EJA passou a ser considerada uma modalidade na Educação nas fases do Ensino Fundamental e Médio. Conta com um currículo próprio, que busca atender as características dos alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, em seu artigo 37, apresenta os sistemas de ensino assegurarão, gratuitamente, aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

A idade definida para a realização dos exames são: maiores de 15 anos para a conclusão do Ensino Fundamental e maiores de 18 anos para a conclusão do Ensino Médio. É notório que, nessa fase da história da Educação brasileira, a EJA possui um foco amplo, para que haja uma sociedade igualitária e uma Educação eficaz, para tanto, é necessário que todas as áreas da Educação sejam focadas e valorizadas, não sendo possível desvincular uma da outra.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos passaram a valorizar vários aspectos, como: as especificidades de tempo e espaço para seus educandos; o tratamento presencial dos conteúdos curriculares; a importância em distinguir as duas faixas etárias consignadas nesta modalidade de educação; a formulação de projetos pedagógicos próprios e específicos dos cursos noturnos regulares e os da EJA.

A EJA também foi incluída no PNE - Plano Nacional de Educação, com o objetivo integrar as ações do poder público para erradicar o analfabetismo, que está no artigo 124, o qual exige ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte da sociedade e dos governos.

A Proposta Curricular Nacional é entendida e serve como norteadora para o PCN, como referencial para a organização do trabalho pedagógico, sendo aberta, flexível e adaptável à realidade de cada região. As disciplinas ofertadas para a EJA são: português, matemática, história, ciências, educação física e artes. Elas devem oferecer a possibilidade de desenvolver as competências que são necessárias para a aprendizagem dos conteúdos destinados às tais disciplinas, ampliar a capacidade de participar da sociedade e exercer a cidadania.

O PCN traz os temas transversais, nos quais os professores possam interagir em disciplinas diferentes, mas com conteúdo semelhantes, em que as vivências possam contribuir para a aprendizagem, já que uma disciplina pode interagir com a outra.

Segundo o Currículo Municipal de Cascavel, a Educação de Jovens e Adultos, somente em maio de 2005, a Secretaria Estadual de Educação – SEED passou aos municípios do Estado do Paraná a responsabilidade pela criação e implantação de um Programa Próprio para a oferta de EJA. No município de Cascavel, a Educação de Jovens e Adultos apresentou o histórico desde 1971, que iniciou com o atendimento por meio do MOBREAL.

O Currículo é o mediador da prática dos educadores e educandos, portanto, o currículo deve compreender os conhecimentos necessários para a compreensão histórica da sociedade, usando metodologias que dão espaços aos envolvidos no processo de avaliação.

Existem eixos articuladores que possuem a finalidade de que escola possua princípios metodológicos a partir dos mesmos, que são: cultura, trabalho e tempo. Os eixos agem como articuladores no processo de ensino e aprendizagem. O eixo da cultura é um dos principais, pois faz a ligação entre o ser humano e a sociedade, atuando na formação do indivíduo. Já o do trabalho deve estar inserido nas atividades pedagógicas da escola, pois o aluno da EJA está ligado diretamente com as formas de trabalho, buscando uma melhoria na qualidade de vida, desse modo, tal eixo deve estar inserido na organização curricular da escola para que ocorra propostas da função do trabalho para o indivíduo. O tempo, sendo o terceiro eixo norteador do Currículo, abrange a importância da valorização das diferentes experiências e formas que o aluno da EJA possui na sua aprendizagem cotidiana. Dessa forma, os três eixos estão interligados, sendo elementos articuladores do currículo.

O perfil do aluno da EJA, é composto por jovens e adultos e uma baixa porcentagem de adolescentes, que não ingressaram nos bancos escolares no tempo adequado. O Currículo Municipal de Cascavel, entende que os alunos da EJA estão em constante contato com o mundo do trabalho e isso deve ser levado em consideração para os conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio culturais, garantindo o acesso à aprendizagem em diferentes contextos, atendendo às especificidades dos alunos.

A educação de jovens e adultos, enquanto modalidade educacional que atende a educandos trabalhadores, tem como finalidades e objetivos o compromisso com a formação humana e com acesso à cultura geral, de modo que os educandos venham a participar política e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral. (PARANÀ, 2005, p. 28).

Portanto, o currículo trata da importância de atividades que sejam direcionadas para a formação do aluno na sociedade, para que o mesmo possa participar de forma crítica e ativa individualmente ou coletivamente.

2.1 O ANALFABETISMO DE 1900

Na década de 1940, “começaram as primeiras iniciativas governamentais para lidar com o analfabetismo entre adultos” (BRASIL, 2006, p.26). O analfabetismo detinha falta da capacidade de

quem o segura, neste sentido para o crescimento econômico dos países era necessário acelerar as medidas relacionadas ao analfabetismo.

Nota-se a evolução do analfabetismo no último século:

População de 15 anos ou mais Analfabeta			
Ano	Total	Analfabeta	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: BRASIL, 2000.

Na década de 50 o adulto analfabeto não tinha direito de voto e então já se surge o propósito de transformar esse analfabeto eleitor. No contexto educacional a primeira legislação que se faz referência a EJA foi a lei 5696/71 com capítulo do em Ensino Supletivo.

As mais expressivas se deram início na Constituição Federal de 1988 na qual garante os direitos de adulto visto que o artigo 208 diz:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

Observa-se por meio deste a preocupação com aqueles que não tiveram condições de escolarização na idade própria.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Referente ao processo histórico, pode-se destacar o quanto a EJA já foi modificada durante os tempos, através de legislações e mudanças em âmbito escolar. Considera-se que o público que se

destina à EJA é composto por trabalhadores, empregados e desempregados que não tiveram acesso à escola.

A modalidade de Ensino EJA, assim como outras várias modalidades da educação escolar, passou por algumas fases. A modalidade da EJA, em seguimento de políticas públicas, tem objetivos muito maiores do que a alfabetização, ou seja, há a necessidade de estar capacitado para um mercado de trabalho e atuar na sociedade diante de interesses políticos, reduzindo no máximo o analfabetismo no país. Muitos alunos acreditam que o aprender a ler e escrever são importantes para auxiliar nas atividades escolares dos filhos e netos, calcular despesas, ler a bíblia, ou seja, contemplam todas as suas necessidades do cotidiano.

Portanto, o perfil dos alunos da Educação de Jovens e Adultos representa o quanto é importante essa modalidade, pois garante, por meio das políticas educacionais, o reconhecimento na sociedade, visando ao direito dos jovens e adultos para seu alcance. É fundamental que, no papel de professor, o mesmo busque conhecer seus alunos e suas necessidades, sempre incentivando e observando a aprendizagem, promovendo a autonomia e valorização do educando.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96. Brasília, 1996.

_____. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/ceja/arquivos/File/DCE_EJA_2print_finalizado.pdf> Acesso em: 8 setembro 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 4.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A Prática Pedagógica dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos**. Maceió: EDUFAL. 1999.